



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º \_\_\_\_\_, DE 2019**  
**(Do Sr. Jesus Sérgio)**

“Solicita informações ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), acerca do funcionamento, custos e benefícios do satélite geoestacionário brasileiro, SGDC”.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), acerca do funcionamento, custos e benefícios do satélite geoestacionário brasileiro, SGDC, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Como está sendo resolvida a questão suscitada no acordo firmado entre o governo brasileiro (Embratel) e a empresa de internet norte-americana Viasat que está impedindo o uso do satélite geoestacionário?
- b) Qual o custo diário do satélite para a Embratel?
- c) Em que fase se encontra a instalação das estruturas de solo para levar banda larga de qualidade a todo o país?
- d) Quantos pontos de acesso à internet de alta velocidade já foram instalados desde que o satélite foi lançado? Elencar por Estado.
- e) Quais as escolas no Estado do Acre recebem internet banda larga do satélite geoestacionário brasileiro?



## **JUSTIFICAÇÃO**

O lançamento do satélite geoestacionário brasileiro custou aos cofres públicos R\$ 2,8 bilhões. A esperança de estudantes, profissionais da saúde e segurança, dos estados mais distantes do país em poder contar com internet banda larga, até o momento se revelou uma frustração.

O satélite chegou ao espaço em maio de 2017 com as missões bem definidas de centralizar as comunicações das Forças Armadas (a faixa de frequência conhecida como banda X), o que fortalece a soberania nacional, e também de levar banda larga a áreas remotas onde a fibra ótica não chega (banda Ka).

Disputas judiciais, intervenções do TCU sobre o contrato da Embratel com a empresa norte-americana de internet Viasat, recursos da PGR, são algumas indefinições que se arrastam desde que o satélite foi colocado no espaço e impedem que os objetivos sejam alcançados.

O dinheiro público empregado ainda não deu retorno à população brasileira, que convive com internet cara, de baixa qualidade e as cidades mais isoladas da Região Norte ainda vivem sem acesso à rede mundial de computadores.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados, e peço ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 2019.

**JESUS SÉRGIO**  
**Deputado Federal – PDT/AC**